

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

EMPODERAMIENTO E CIDADANIA: UM OUTRO OLHAR POSSÍVEL.

Fernando José Taques.

Cita:

Fernando José Taques (2009). *EMPODERAMIENTO E CIDADANIA: UM OUTRO OLHAR POSSÍVEL*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/907>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

EMPODERAMENTO E CIDADANIA: UM OUTRO OLHAR POSSÍVEL

Fernando José Taques¹

Cidadania e empoderamento são faces de uma mesma moeda. Este é um postulado a observa-se em especial se tomarmos ambos como agentes para a construção de uma sociedade menos desigual.

Quando tratamos sobre o empoderamento, logo vem à mente a análise sobre “poder” de Michel Foucault. Se analisarmos a obra do autor, verificaremos que não estamos diante de um tratado para dizer “o que” é o poder, e sim, “como”, esse poder age, circula e se exerce. Percebido o poder nestes termos, se o poder é uma relação de força, poderíamos supor que ele ocorra de modo irresistível de um grupo sobre outro, impedindo qualquer possibilidade de reação por parte dos “submetidos”. Contudo, Foucault explicita que não é essa a relação que se dá e alerta:

[...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação[...]. (FOUCAULT, 2006, p.183).

O pensamento foucaultiano – aqui exposto de modo frontal – não é a base “oficial” tampouco é a ele direcionado eventuais (in)sucessos a cerca do empoderamento, a categoria por nós escolhida para aqui analisarmos. Contudo, queremos com isso apresentar aspectos relevantes que podem surgir das relações daí advindas. Portanto, tendo os termos de Foucault como premissa, passamos a discutir aquilo que é tratado por outros autores como empoderamento. Dentre as várias conceituações para empoderamento, destacamos a de Villacorta e Rodriguez:

É um processo através do qual, grupos que têm sido excluídos e marginalizados por causas econômicas, sociais, políticas, de Gênero, etc., buscam mudar essa situação e se incorporar na determinação do rumo que suas

¹ Sociólogo, Mestre e Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

localidades, países, regiões e o mundo devem tomar. Por isso, as estratégias de empoderamento são caminhos para sociedades locais ou nacionais mais democráticas, via pela qual grupos, atores e setores mais excluídos entram nos processos onde se decide o rumo daquelas. (VILLACORTA & RODRIGUEZ, 2002, p.48).

Já Jussara Reis Prá, se referindo a Silvia Yannoulas quando esta aborda a questão do empoderamento das mulheres, apresenta o empoderamento atrelado ao desenvolvimento de potencialidades e aumento de informações, buscando sempre sua maior abrangência, sem, contudo, cair em sua banalização (PRÁ, 2003).

Deste modo, seguindo o pressuposto de Pra, podemos dizer que o conceito de empoderamento pode ser bastante amplo, entretanto, não caindo numa possibilidade que abarca tudo. O empoderamento, portanto, é plástico e inclusivo, possibilitando fortalecimentos e aprimoramentos, implica também em ambigüidades e não necessariamente na eliminação de hierarquizações. Neste sentido, o empoderamento diz respeito ao processo de desenvolvimento de uma cidadania plena incorporando dimensões de igualdade social e reconhecimento das diferenças.

Se olharmos mais detidamente perceberemos que, em alguma medida, as possibilidades vislumbradas para o empoderamento não se encontram em total conformidade com os postulados de Michel Foucault. Se para aquele o poder está em circulação, para os últimos autores ele é algo almejável, desejável e, principalmente, conquistável.

Não olvidaremos o fato de que o empoderamento – em termos mais ou menos tautológicos – busca criar/desenvolver poder àqueles que estão “à margem” das decisões ou mesmo sofrem preconceito e encontram-se excluídos. Porém, neste caso temos outro aspecto interessante de contraste entre as duas visões até agora apresentadas. Em Foucault, embora a relação de poder ocorra no exercício de “uns” sobre os “outros”, a liberdade entra como um fator necessário para que as relações possam ocorrer. Não haveria possibilidades de relações de poder sem a liberdade, mesmo porque esta é a condição primeira para condições de alterações. A escravidão não é uma relação de poder segundo o autor, ou seja, apenas quando houver possibilidade de deslocamento (ou se possa escapar) é que pode existir uma relação de poder (FOUCAULT, 1995).

Liberdade como potencialidade para a ação parece ser a possibilidade apresentada por Foucault para a alteração de quadros “indesejados”. A formação de

resistências, como estratégias de alterações encontram justificativas nas palavras do autor.

Conforme vimos até aqui, os autores que versam sobre o empoderamento não são consoantes à categoria poder trabalhada por Foucault. Neste caso, cabe também recordarmos do sociólogo francês Pierre Bourdieu e suas formulações a cerca da categoria poder.

Para Bourdieu há uma disputa constante pelo poder. Tal disputa ocorre num determinado campo e dividirá o mesmo em dois pólos – os dominantes e os dominados – numa dada relação constante de embates, o pólo que possuir (ou passar a possuir) maior capital social é que será o dominante e aquele que tiver menos, o dominado. (BOURDIEU, 2003, ORTIZ, 1994).

Claro que a relação não é pétrea, ela pode ser modificada. Num dado momento aquele grupo que tem menor poder pode amearhar cada vez mais, incorporando prestígio e conquistas e virar o jogo passando a ser o dominante.

Exposto o pensamento de Bourdieu, podemos perceber que aqui já se sente a influência do sociólogo francês sobre a categoria empoderamento que apresentamos inicialmente. O empoderamento pretende amearhar algum poder, nem que ao menos seja para que haja uma situação de igualdade (a qual é percebida pelos reivindicantes como não existente). Deste modo, Bourdieu e o empoderamento formam um conjunto bastante interessante num diálogo altamente entrelaçado.

Após tais considerações, podemos perceber que nos dias atuais haveria segundo alguns autores organizações da sociedade civil que contariam com possibilidades empoderadoras de modo bastante eficaz: as ONGs (Organizações Não-Governamentais).

Para Cecília Iorio, as Organizações Não-Governamentais possuem papel de intensa relevância quando para o empoderamento, caracterizando-se por sua inovação, flexibilidade e - principalmente – por se tratarem de experiências próximas do grupo pelo qual se faz reivindicações (IORIO, 2002).

As ONGs podem também ser analisadas como “novas instituintes”, num trabalho que fortifica os laços democráticos bem como aproxima a participação social na esfera das decisões, já que lutam pela institucionalização do Estado, contra a falta de liberdade política e procuram interferir diretamente nas políticas públicas (LÜCHMANN & SOUSA, 2005).

Podemos considerar os “novos instituintes” como protagonistas nas novas formas de ativismo, bastante diverso do ativismo que marcou o terceiro quarto do século XX. As mediadoras (como as ONGs), assumem estes novos traços. Especialmente se considerarmos que o ativismo hodierno orienta-se fortemente por uma militância sob a forma de sujeito/ator (SCHERER-WARREN, 2006).

Como podemos perceber, quando tratamos sobre empoderamento, sua ligação com as ONGs e as várias possibilidades oriundas destas relações, estamos diante de um debate recente e aberto a múltiplas análises, dentre elas, justamente aquela que optamos investigar: a questão do empoderamento no Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

As discussões no Movimento LGBT são amplas, embora guardem certa conformidade relacionada ao campo LGBT. Porém, não deixam de ser consideradas “polêmicas” por grande parte dos países ocidentais e fortemente rechaçadas nos países orientais. Os últimos anos do século XX e os primeiros do século XXI ocorrem sob uma miríade de discussões em torno das sexualidades, principalmente daquelas que não se conformam à heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003). Aqueles e aquelas que têm um comportamento “desviante” e os “modos” pelos quais tais realidades devem ser abordadas são tema constante nos mais variados países.

Desde as experiências em Stonewall, 1969 (FRY &MACRAE, 1983) o movimento passou por inúmeras transformações. Em se tratando de Brasil, um dos fenômenos que mais tem chamado atenção é das Paradas que ocorrem em várias cidades brasileiras (FACCHINI, 2005).

As Paradas são tanto desvalorizadas por alguns como são enaltecidas por outros. Desvalorizadas porque para alguns setores do Movimento LGBT seria uma espécie de “carnavalização”, ou seja, o reforço da imagem “exótica” atribuída preconceituosamente aos LGBTs. Para outros setores, as Paradas são um momento de visibilidade para LGBTs, principalmente pelo fato de ano após ano mais pessoas irem às ruas naquela que vem sendo considerada a maior manifestação pública da sociedade civil brasileira, ou seja, a “Parada do Orgulho GLBT” da cidade de São Paulo.

Quando abordamos a luta por direitos para LGBTs entramos num campo vasto e complexo. Vasto porque o número de direitos almejados são vários e compreendem um leque que vai desde a união entre pessoas do mesmo sexo ao direito à mudança de nome como no caso das Transexuais. Complexo porque nem todos os direitos que

comumente são percebidos como “Direitos LGBTs” são desejados por todos os movimentos.

Reiteramos aqui que, quando tratamos sobre “Movimento LGBT” não estamos nos reportando a um movimento fechado onde todos têm os mesmos objetivos. Na realidade existem inúmeros “Movimentos LGBTs” e com amplos e variados objetivos. Nem todos os setores do Movimento GLBT são favoráveis a questão do casamento, por exemplo. Para alguns, isso não passa de uma tentativa de se equiparar aos casais heterossexuais e em nada modifica o quadro de uniões monogâmicas. Portanto, quando nos referimos ao “Movimento LGBT”, o fazemos no sentido de reconhecer a existência de um grupo reivindicatório que, por ser múltiplo, não apresenta uma comunhão perene de objetivos. Apesar das diferenças, a maioria dos movimentos, tanto no Brasil como no exterior, são unidos pela luta por direitos e pelo fim da discriminação.

Para alguns autores, em especial Pierre Bourdieu e Judith Butler, muitas das atitudes tomadas pelos setores mais visíveis do Movimento GLBT guardam sérios problemas. Sobre as uniões civis, Judith Butler aponta que ao se buscar o reconhecimento do Estado, outorga-se a este o direito de conceder algo que ele deveria fazer de modo não-discriminatório. Para a autora, o envolvimento do Estado na questão, ou melhor o “desejar o desejo do Estado”, implica em transformar, amenizar, tranquilizar tensões, ao invés da possibilidade de ocorrência de transformações profundas (BUTLER, 2003).

Por seu turno, Pierre Bourdieu afirma que ao exigir o reconhecimento por parte do Estado, os homossexuais inverteriam a lógica que possibilitou sua visibilidade, ou seja, deixarem de ser excluídos ou invisibilizados eles passariam a se submeter a norma dominante se tornando neutro e/ou neutralizados (BOURDIEU, 2002).

Nossa dissertação, intitulada “Movimento GLBT em Santa Catarina: A Questão do Empoderamento” (2007) da qual este artigo é fruto, trouxe entrevistas com vários representantes de ONGs catarinenses que trabalhavam com “Questões LGBTs”. A todos os entrevistados questionamos se havia apoio por parte da ONG a projetos que visassem união civil, direitos à adoção, etc, e todos se posicionaram favoráveis, com exceção de uma pessoa entrevistada, que ressaltou que era uma opinião particular e não da ONG. Quanto à união civil ela se posiciona contrária porque haveria outros direitos pelos quais se lutar. Quanto à adoção ela diz: “Sou absolutamente contra”.

Quando Nancy Fraser trata sobre os “remédios” afirmativos e os transformativos (FRASER, 2001), o caso dos LGBTs seria o de uma sexualidade menosprezada, ou seja,

dentro do grande dilema entre redistribuição e reconhecimento trabalhado pela autora, os LGBTs seriam um típico caso de reconhecimento, e este reconhecimento poderia surgir através da implantação de duas propostas, uma afirmativa e outra transformativa. A proposta afirmativa, segundo Fraser, é relacionada às “políticas de identidade gay”, ou seja, propostas que valorizariam a identidade gay e lésbica, solidificando-se essa identidade. Já a proposta transformativa é associada a “política dos homossexuais”, um conjunto de ações que visam desconstruir dicotomias e modificar radicalmente o modo pelo qual a homossexualidade é percebida, ou seja, deixando de ser o “contrário” da heterossexualidade, mas as duas percebidas como possibilidades válidas num mundo de multiplicidades.

O Movimento LGBT é, por si só, original, disso não temos dúvidas. Suas reivindicações são originais. Muito embora uniões civis existam, é original que se queira que pessoas do mesmo sexo possam acessá-la. Embora a adoção seja uma figura jurídica existente, é original que se queira estendê-la a casais não monogâmicos. No entanto, trata-se de uma “originalidade mitigada”, haja vista os direitos já existirem, mas não para todos.

A inserção do “todos” no acesso a direitos é que é a grande “originalidade” do Movimento GLBT, é isso que o torna único, na medida em que não exclui, mas sempre suas reivindicações incluem o maior número possível de beneficiados, sem para isso criar privilégios para si em detrimento de outrem. Trata-se, portanto, de um movimento de caráter universalizante.

Diante deste quadro, sugerimos que, a partir da idéia de “originalidade” e “originalidade mitigada”, estaríamos também diante de um “empoderamento mitigado”. O “empoderamento mitigado”, em nossa compreensão, está diretamente relacionado com a dimensão da “originalidade”. Na medida em que a “originalidade” do Movimento LGBT se instaura, ela enfraquece a capacidade de afronta, choque e confronto entre o Movimento LGBT e seus adversários ocasionais (adversários momentâneos, não inimigos), sejam eles a Sociedade ou o Estado.

Notemos que tanto a Sociedade como o Estado são objeto de confronto e de desejo, portanto, adversários em alguns instantes, aliados noutros. A sociedade é adversária através da ação dos homofóbicos, o Estado quando reprime manifestações de afeto ou quando nega direitos. Mas ambos podem (e muitas vezes assim se posicionam) ser aliados importantes. A sociedade é aliada quando participa de atividades GLBTs,

quando apóia suas reivindicações. O Estado é aliado via incentivos financeiros, elaboração e implementação de leis que favoreçam GLBTs.

Diante deste quadro, percebemos o Movimento LGBT como um Movimento que impulsiona valores democráticos, universais e muito especialmente de cidadania. Uma cidadania que não é imposta, mas que se constrói a partir das bases movimentalistas.

Buscamos aqui apresentar como o “empoderamento” - de modo mais ou menos estanque - é uma categoria de difícil realização. Contudo, nosso trabalho propõe um outro olhar sobre a questão o que implica noutra amplitude “empoderadora”. De longe as influências de Bourdieu são mais ou menos dominantes (ao gosto do autor) quanto à categoria “empoderamento”. Contudo, cremos que Foucault pode contribuir de modo mais ostensivo quando tratamos sobre “empoderamentos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. In: Cadernos Pagu. Campinas: Unicamp, 2003. p. 219-260.
- _____. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. São Paulo. Graal, 2006.
- _____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. P. 231-249, 1995.
- FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). Democracia Hoje. Brasília: UNB, 2001. p. 245-282.
- FRY, Peter e MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo; Brasiliense, 1983.
- IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge & ANTUNES, Marta (Orgs.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn & Sousa, Janice Tirelli Ponte. Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. Serviço Social & Sociedade. N. 84, p.91-117, nov. 2005.
- ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de Gênero, Capital Social, Empoderamento e Políticas Públicas no Brasil., In: BAQUERO, Marcelo (org.). Condição humana e modernidade no Cone Sul. Florianópolis:Cidade Futura, 2003. p. 173-208.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. Sociedade e Estado. Brasília: vol. 21, n. 1, 2006.

TAQUES, Fernando José. Movimento GLBT em Santa Catarina: A Questão do Empoderamento. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2007.

VILLACORTA, Alberto & RODRIGUEZ, Marcos. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, Jorge & ANTUNES, Marta (Orgs.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 45 – 66.